



Síntese de Legislação Nacional n.º 1679

Semana de 11 a 17 de maio de 2020

ÍNDICE

Regulamentação Coletiva de Trabalho	página 1 a 4
Legislação - Coronavírus - COVID-19	página 5 a 10
Legislação - Geral	página 11
Resumo dos Flash diários	página 11 a 14

Regulamentação Coletiva de Trabalho

Comércio por grosso de produtos alimentares

[Portaria n.º 115/2020](#)

12/05/2020

Determina a extensão das alterações do contrato coletivo entre a ADIPA - Associação dos Distribuidores de Produtos Alimentares e outras e o SITESE - Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo - (**comércio por grosso**) publicada no [BTE 12/2020](#), de 29/03/2020

Aplica-se:

- às relações de trabalho entre empregadores não filiados nas associações de empregadores outorgantes que exerçam a atividade de comércio de armazenagem e ou distribuição de produtos alimentares por grosso, distribuição de bebidas, armazenagem, importação e exportação de frutos, produtos hortícolas e sementes e armazenagem, importação e exportação de azeites, e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção;
- relações de trabalho entre empregadores filiados nas associações de empregadores outorgantes que exerçam a atividade económica referida na alínea anterior e trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas na convenção, não filiados na associação sindical outorgante.

Não se aplica:

- a trabalhadores filiados em sindicatos inscritos na **FEPCES** — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços.

A tabela salarial e cláusulas de natureza pecuniária previstas na convenção produzem efeitos a partir de 1 de abril de 2020



Produção agrícola, pecuária e florestal

[BTE 17/2020](#)

08/05/2020

Contrato coletivo entre a CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal e o SETAAB - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Floresta, Pesca, Turismo, Indústria Alimentar, Bebidas e Afins - Alteração salarial e outras (*Diuturnidades, Subsídio de refeição, Retribuição do trabalho noturno, entre outras*) ao CCT publicado no [BTE 18/2018](#), de 15/05/2018, com a última revisão publicada no [BTE 8/2019](#), de 28/02/2019

A tabela salarial constante dos anexos II e III e demais cláusulas de expressão pecuniária produzirão efeitos a partir de 1 de janeiro de 2020

Atividade no âmbito da vitivinicultura, nomeadamente das adegas cooperativas, cooperativas agrícolas com secção vitivinícola, seus cooperadores, uniões ou federações de adegas cooperativas)

[BTE 17/2020](#)

08/05/2020

Contrato coletivo entre a ADCP - Associação das Adegas Cooperativas de Portugal e o SETAAB - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Floresta, Pesca, Turismo, Indústria Alimentar, Bebidas e Afins - Alteração salarial e outras (*turnos, diuturnidades, ajudas de custo, seguro e fundo para falhas, subsídio de refeição*) ao CCT publicado no [BTE 27/2018](#), de 22/07/2018

A tabela salarial constante no anexo II e demais cláusulas com expressão pecuniária produzem efeitos, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020

Atividade industrial farmacêutica

[BTE 17/2020](#)

08/05/2020)

Contrato coletivo entre a APIFARMA - Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica e a COFESINT - Federação de Sindicatos da Indústria, Energia e Transportes e outros - Alteração salarial e outras (*Refeições, Viagem em serviço, Subsídio de refeição, Diuturnidades e Abono para falhas*) ao CCT publicado no [BTE 18/2019](#), de 15/05/2019

A tabela salarial constante no anexo II e as cláusulas de expressão pecuniária previstas no anexo III produzem efeitos, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020

Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas

[BTE 17/2020](#)

08/05/2020

Contrato coletivo entre a AIMMAP - Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal e o SINDEL - Sindicato Nacional da Indústria e da Energia - Alteração salarial e outra (*subsídio de refeição*) ao CCT publicado no [BTE 20/2019](#), de 29/05.

A tabela salarial referida no anexo I e a cláusula de expressão pecuniária produz efeitos a partir de 1 de abril de 2020.



Comércio por grosso e a retalho, e prestação de serviços de cabeleireiro, institutos de beleza, e atividades funerárias na Região de Leiria

[BTE 17/2020](#)

08/05/2020

Contrato coletivo entre ACILIS - Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo da Região de Leiria e outras e o CESP - Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal - Integração em níveis de qualificação no CCT publicado no [BTE 31/2019](#), de 22/08/2019

Comércio por grosso e a retalho, e prestação de serviços de cabeleireiro, institutos de beleza, e atividades funerárias na Região de Leiria

[BTE 18/2020](#)

15/05/2020

Contrato coletivo entre ACILIS - Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo da Região de Leiria e outras e o SITESE -Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo - Integração em níveis de qualificação no CCT publicado no [BTE 31/2019](#), de 22/08/2019

Atividade no sector da hospitalização privada, explorando unidades de saúde, com ou sem internamento, com ou sem bloco operatório, destinado à administração de terapêuticas médicas

[Portaria n.º 110/2020](#)

05/05/2020

Determina a extensão das alterações do contrato coletivo entre a APHP - Associação Portuguesa de Hospitalização Privada e a FESAHT - Federação dos Sindicatos da Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal e outro publicada no [BTE 11/2020](#), de 22/03/2020

Aplica-se:

- a) às relações de trabalho entre empresas não filiadas na associação de empregadores outorgante do setor da hospitalização privada, explorando unidades de saúde com ou sem internamento, com ou sem bloco operatório, destinado à administração de terapêuticas médicas, e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção;
- b) às relações de trabalho entre empresas filiadas na associação de empregadores outorgante que exerçam a atividade económica referida na alínea anterior e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais previstas na convenção, não representados pelas associações sindicais signatárias.

Não se aplica:

- a) aos trabalhadores filiados no SITESE - Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo

A tabela salarial e cláusulas de natureza pecuniária previstas na convenção produzem efeitos a partir de 1 de abril de 2020



Atividade de transporte aéreo, com ou sem auto-assistência em escala

[Portaria n.º 108/2020](#)

05/05/2020

Determina a extensão das alterações do contrato coletivo entre a RENA - Associação das Companhias Aéreas em Portugal e o SITAVA - Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos e outro publicada no [BTE 37/2019](#), de 08/10/2019

Aplica-se:

- a) às relações de trabalho entre empregadores não filiados na associação de empregadores outorgante que exerçam a atividade de transporte aéreo, com ou sem autoassistência em escala, e trabalhadores ao seu serviço das profissões e categorias profissionais nelas previstas;
- b) às relações de trabalho entre empregadores filiados na associação de empregadores outorgante que exerçam a atividade referida na alínea anterior e trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas na convenção, não representados pelas associações sindicais outorgantes.

A tabela salarial e cláusulas de natureza pecuniária previstas na convenção produzem efeitos a partir de 1 de dezembro de 2019

Indústria da cerâmica - pessoal fabril

[Portaria n.º 109/2020](#)

05/05/2020

Determina a extensão das alterações do contrato coletivo entre a APICER - Associação Portuguesa das Indústrias de Cerâmica e de Cristalaria e o SINTICAVS - Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos, Abrasivos, Vidros, Similares, Construção Civil e Obras Públicas (*indústria da cerâmica - pessoal fabril*) publicada no [BTE 9/2020](#), de 08/03/2020

Aplica-se:

- a) às relações de trabalho entre empregadores não filiados na associação de empregadores outorgante que exerçam a atividade da cerâmica estrutural (telhas, tijolos, abobadilhas, tubos de grés e tijoleiras rústicas), cerâmica de acabamentos (pavimentos e revestimentos), cerâmica de loiça sanitária, cerâmica utilitária e decorativa e cerâmicas especiais (produtos refratários, eletrotécnicos e outros), e trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas na convenção;
- b) às relações de trabalho entre empregadores filiados na associação de empregadores outorgante que exerçam a atividade económica referida na alínea anterior e trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas na convenção, não representados pela associação sindical outorgante.

Não se aplica:

- a) aos trabalhadores filiados nos sindicatos representados pela FEVICOM - Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro

A tabela salarial e cláusulas de natureza pecuniária previstas na convenção produzem efeitos a partir de 1 de abril de 2020



Legislação

Geral: Coronavírus - COVID-19

Geral: estado de calamidade

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2020](#)

17/05/2020

Prorroga, até 31 de maio de 2020, a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, fixando as seguintes medidas de carácter excecional:

- a) Fixação de regras de proteção da saúde individual e coletiva dos cidadãos ([artºs 2º e 3º](#));
- b) Limitação ou condicionamento de acesso, circulação ou permanência de pessoas em espaços frequentados pelo público ([artº7º](#)), bem como dispersão das concentrações superiores a 10 pessoas ([artºs 13º e 14º](#)), salvo se pertencerem ao mesmo agregado familiar;
- c) Fixação de normas de organização do trabalho ([artºs 10º a 12º](#)), designadamente através da promoção do regime de teletrabalho e de normas de proteção sanitária, de higiene ([artºs 8º e 9º](#)) e segurança;
- d) Limitação ou condicionamento de certas atividades económicas ([artºs 5º e 6º](#));
- e) Fixação de regras de funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços ([artºs 4º, 15º a 24º](#));
- f) Racionalização da utilização dos serviços públicos de transportes, comunicações e abastecimento de água e energia, bem como do consumo de bens de primeira necessidade.

Geral: apoios aos trabalhadores e empregadores

[Decreto-Lei n.º 22/2020](#)

11ª alteração ao [Decreto-Lei n.º 10-A/2020](#), de 13/03, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus - COVID-19, republicando-o.

Principais alterações:

- 1 - Estabelece-se que as autoridades de transporte devem proceder à articulação com os respetivos operadores de transportes, no sentido de adequar a oferta à procura e às necessidades de transporte, salvaguardando a continuidade do serviço público essencial e o cumprimento das regras de salvaguarda da saúde pública.
- 2 - Para os beneficiários familiares de ADSE cujo cartão tenha expirado a partir de 26 de fevereiro é aceite até 30 de outubro de 2020 em determinadas circunstâncias.
- 3 - Estabelece-se que, a partir de 18 de maio de 2020, verificadas determinadas regras, cessa a suspensão das atividades nas respostas sociais de creche, creche familiar e ama e centro de atividades ocupacionais.
- 4 - No período entre 18 e 31 de maio de 2020, mantêm-se os apoios aos trabalhadores por conta de outrem e independentes que tenham de faltar por assistência inadiável a filho ou outro dependente a cargo menor de 12 anos, mesmo quando as respostas sociais creche, creche familiar e ama, e centro de atividades ocupacionais que abrangem os seus filhos tenham reiniciado atividade e o trabalhador opte por manter em recolhimento domiciliário o filho ou outro dependente a cargo.
- 5 - Ficam serem suspensos, até 31 de dezembro de 2020, os efeitos das autorizações de importações de resíduos, à exceção das situações em que os resíduos tenham já dado entrada no território nacional.

Data de produção de efeitos: 17/05/2020



Geral: Programa ADAPTAR

[Decreto-Lei n.º 20-G/2020](#)

14/05/2020

Estabelece um sistema de incentivos, não reembolsáveis, à segurança nas micro, pequenas e médias empresas, no contexto da doença COVID-19, com uma taxa de comparticipação de 80 % sobre as despesas elegíveis.

Artº 3.º - Âmbito setorial

Apoios às microempresas

Artº 5.º - Microempresas beneficiárias

Artº 6.º - Critérios de elegibilidade das microempresas beneficiárias

Artº 7.º - Critérios de elegibilidade dos projetos das microempresas beneficiárias

Artº 8.º - Despesas elegíveis das microempresas beneficiárias

Artº 9.º - Despesas não elegíveis das microempresas beneficiárias

Artº 10.º - Taxa de financiamento e forma de apoio das microempresas beneficiárias

Artº 11.º - Análise, seleção e decisão das candidaturas de microempresas beneficiárias

Artº 12.º - Pagamentos às microempresas beneficiárias

Apoios às pequenas e médias empresas

Artº 14.º - Pequenas e médias empresas beneficiárias

Artº 15.º - Critérios de elegibilidade das pequenas e médias empresas beneficiárias

Artº 16.º - Critérios de elegibilidade dos projetos das pequenas e médias empresas beneficiárias

Artº 18.º - Despesas elegíveis das pequenas e médias empresas beneficiárias

Artº 19.º - Despesas não elegíveis das pequenas e médias empresas beneficiárias

Artº 20.º - Taxa de financiamento e forma de apoio das PME beneficiárias

Artº 21.º - Análise, seleção e decisão das candidaturas das PME beneficiárias

Artº 22.º - Pagamentos às pequenas e médias empresas beneficiárias

Artº 23.º - Obrigações das pequenas e médias empresas beneficiárias

Data de produção de efeitos: 15/05/2020 / Diplomas conexos: [AVISOS de concurso](#)

Geral: Controlo documental nas fronteiras

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 34-A/2020](#)

13/05/2020

Prorroga, até 15 de junho, a reposição do controlo de pessoas nas fronteiras, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 inicialmente imposta pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-B/2020](#), de 16/03, republicando-a.

Geral: medidas excecionais e temporárias de resposta ao coronavírus SARS-CoV-2

[Declaração de Retificação n.º 20/2020](#)

15/05/2020

Retifica a [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19/03 «Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19»

Geral: Diário da República

[Despacho n.º 5545-A/2020](#)

15/05/2020

Determina que se proceda à publicação do Diário da República no sábado dia 16 de maio de 2020 e no domingo dia 17 de maio de 2020, caso se verifique necessário.



Comércio / Geral: DM - Dispositivos Médicos e de EPI's - fixação de % lucro

[Despacho n.º 5503-A/2020](#)

13/05/2020

Determina que a percentagem de lucro na comercialização, por grosso e a retalho, de dispositivos médicos e de equipamentos de proteção individual identificados no anexo ao [Decreto-Lei n.º 14-E/2020](#), de 13 de abril, bem como de álcool etílico e de gel desinfetante cutâneo de base alcoólica, é limitada ao máximo de 15 %, prorrogando, “*sine die*” os efeitos do [Despacho n.º 4699/2020](#), de 18/04.

Data de produção de efeitos: 13/05/2020

e

“gel desinfetante cutâneo”

[Declaração de Retificação n.º 386-A/2020](#)

11/05/2020

Retificação ao [Despacho n.º 5335-A/2020](#), de 7/05, que estabelece o entendimento de “*gel desinfetante cutâneo*” e definem-se as características que deverá revestir para beneficiar da taxa reduzida do IVA.

e

Saldos em maio e junho

[Decreto-Lei n.º 20-E/2020](#)

11/05/2020

Estabelece um regime excecional e temporário para as práticas comerciais com redução de preço - saldos – determinando que venda em saldos realizada nos meses de maio e junho de 2020 não releva para efeitos de contabilização do limite máximo de venda em saldos de 124 dias por ano, estabelecendo um regime excecional ao [Decreto-Lei n.º 70/2007](#), de 26/03, que regula as práticas comerciais com redução de preço

Data de produção de efeitos: 12/05/2020

Transportes Públicos de passageiros: Compensações (PROTransP) / Passes escola

[Despacho n.º 5545-B/2020](#)

15/05/2020

Estabelece as regras aplicáveis ao Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP)

e

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2020](#)

14/05/2020

Aprova, para o 1.º semestre de 2020, a atribuição de indemnizações compensatórias no âmbito do passe 4_18@escola.tp, do passe sub23@superior.tp e do passe Social +

Transportes Marítimo de passageiros: interdição do desembarque

[Despacho n.º 5520-B/2020](#)

14/05/2020

Mantém, até 15 de junho, a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais, inicialmente fixada no [Despacho n.º 3298-C/2020](#)



Transportes Aéreo de passageiros: suspensão de vôos de e para países extracomunitários

[Despacho n.º 5503-C/2020](#)

13/05/2020

Prorrogação, até 15 de junho, da interdição do tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal de todos os voos de e para países que não integram a União Europeia, com determinadas exceções, inicialmente fixada no [Despacho n.º 3427-A/2020](#)

Setor dos Seguros: contratos de seguro em período de layoff

[Decreto-Lei n.º 20-F/2020](#)

11/05/2020

Estabelece um regime excecional e temporário relativo aos contratos de seguro, em especial quando, devido a layoff, ocorre uma diminuição inequívoca, mas não duradoura, do risco com reflexo nas condições do contrato, permitindo invocar nestas situações de layoff o artº 92.º do Decreto-Lei n.º 72/2008, que aprova o regime jurídico do contrato de seguro, previsto apenas para diminuição duradoura do risco.

Data de cessação de efeitos: 30/09/2020

Inspeções técnicas periódicas de veículos

[Decreto-Lei n.º 21/2020](#)

16/05/2020

1ª alteração ao [Decreto-Lei n.º 10-C/2020](#), de 23/03, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19, no âmbito das inspeções técnicas periódicas, para determinar que as entidades gestoras de centros de inspeção podem retomar a sua atividade, estando obrigadas a cumprir as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19 em vigor em cada momento.

Justiça: Processo administrativo / tramitação eletrónica

[Declaração de Retificação n.º 19/2020](#)

12/05/2020

Retifica a [Portaria n.º 100/2020](#), de 22/04, que procedeu à suspensão da produção de efeitos de algumas das medidas regulamentadas pela [Portaria n.º 341/2019](#), de 1/10, e pela [Portaria n.º 380/2017](#), de 19/12, relativos a processos de contencioso dos procedimentos de massa, e à tramitação eletrónica dos processos nos tribunais administrativos de círculo, nos tribunais tributários, nos tribunais centrais administrativos e no Supremo Tribunal Administrativo.

Administração Pública:

Organização e funcionamento do atendimento presencial

[Despacho n.º 5545-C/2020](#)

15/05/2020

Define orientações e recomendações relativas à organização e funcionamento dos espaços físicos de atendimento e de trabalho na Administração Pública, no âmbito do levantamento das medidas de mitigação da pandemia da doença COVID-19

e



Garantia pessoal do Estado ao Fundo de Contragarantia Mútuo

[Despacho n.º 5503-B/2020](#)

13/05/2020

Concessão de uma garantia pessoal do Estado ao Fundo de Contragarantia Mútuo, no âmbito do apoio às empresas nacionais decorrentes da pandemia da doença COVID-19, com uma taxa de garantia em 0,2 % por ano.

e

Programa de mobilidade transversal de trabalhadores

[Despacho n.º 5419-B/2020](#)

11/05/2020

Cria um programa de mobilidade transversal de trabalhadores da administração central para os serviços do Instituto da Segurança Social, I. P., destinando-se o mesmo ao reforço da capacidade de resposta deste, de forma a concretizar a implementação das medidas excecionais já aprovadas.

e

Teletrabalho

[Despacho n.º 5419-A/2020](#)

11/05/2020

Prorrogação da vigência do [Despacho n.º 3614-D/2020](#), que define orientações para os serviços públicos em matéria de regime de trabalho e sobre o funcionamento dos serviços públicos de atendimento – **teletrabalho vs presencial** – mantendo-se as orientações nele contidas, com as necessárias adaptações decorrentes da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, declarada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020, de 30/04, revogando-se o disposto no n.º 7 e seguintes.

e

Prevenção de riscos de corrupção

[Recomendação n.º 2/2020](#) Conselho de Prevenção da Corrupção

14/05/2020

Recomendação para a prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas no âmbito das medidas de resposta ao surto pandémico da COVID-19, instando todos os decisores e operadores no domínio da gestão pública a manter os cuidados próprios de uma cultura promotora dos mais elevados índices de transparência, de ética e de integridade, mediante a adoção de medidas de prevenção e mitigação de riscos no âmbito das suas condutas, incluindo o reforço dos instrumentos de controlo interno.

e

Apoio para aquisição de equipamento

[Decreto-Lei n.º 20-D/2020](#)

11/05/2020

Estabelece medidas excecionais e temporárias de apoio ao financiamento para aquisição de equipamento de espaços de atendimento presencial sob gestão dos municípios e das freguesias, alterando pela 10ª vez o [Decreto-Lei n.º 10-A/2020](#), de 13/03, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID -19.



Setor da Educação e Formação:

Retoma das atividades educativas e formativas presenciais

[Decreto-Lei n.º 20-H/2020](#)

14/05/2020

Estabelece medidas excecionais de organização e funcionamento na retoma das atividades educativas e formativas em regime presencial, no âmbito do COVID-19

Retoma das atividades letivas em regime presencial no dia 18/05:

- para alunos do 11.º e 12.º anos de escolaridade
- para alunos dos 2.º e 3.º anos dos cursos de dupla certificação do ensino secundário, bem como para os alunos dos cursos artísticos especializados não conferentes de dupla certificação
- para alunos dos estabelecimentos de educação especial
- para alunos das instituições científicas e de ensino superior
- para formandos nas atividades de formação profissional

e

Ensino da condução à distância

[Portaria n.º 116/2020](#)

16/05/2020

1ª alteração à [Portaria n.º 185/2015](#), de 23/06, que regulamenta a [Lei n.º 14/2014](#), de 18/03, que aprova o regime jurídico do ensino da condução, nos aspetos relativos ao ensino, à distância, da condução para habilitação das diversas categorias de carta de condução e ao acesso e exercício da atividade de exploração de escolas de condução.

e

Retoma do ensino da condução

[Despacho n.º 5546/2020](#)

16/05/2020

Procede à retoma (i) a 18/05/2020 do ensino da condução nas modalidades de ensino teórico e de ensino prático da condução, bem como a formação presencial teórica e prática de certificação de profissionais e a realização de exames teóricos da condução e os exames teóricos para obtenção de capacidade profissional e (ii) a 25/05/2020 da realização de exames práticos da condução e certificação de profissionais.

Creches e ATL's: testes de diagnóstico ao SARS-CoV-2

[Despacho n.º 5530/2020](#)

15/05/2020

Determina a realização de testes laboratoriais de diagnóstico da infeção por SARS-CoV-2, pela metodologia RT-PCR, aos profissionais de creches que reiniciem a sua atividade profissional, face à necessidade de minimizar o risco de transmissão da infeção



Legislação – Geral (sem relação c/ corona vírus)

Transporte rodoviário de mercadorias: contrato de transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem

[Deliberação n.º 555-A/2020](#)

13/05/2020

Aprova o novo modelo de contrato de transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem que deve ser descrito numa guia de transporte conforme modelo agora aprovado, ou outro equivalente, em suporte papel ou digital, desde que contenha os elementos essenciais a que se refere o n.º 4, revogando o Despacho DGTT n.º 21994/99 de 19/10.

Justiça: licenciamento de actividades: casas de abrigo / violência doméstica

[Despacho n.º 5374/2020](#)

11/05/2020

Aprova os modelos de instrumentos previstos no [Decreto Regulamentar n.º 2/2018](#), de 24 de janeiro, diploma que regula as condições de organização e de funcionamento das estruturas de atendimento, das respostas de acolhimento de emergência e das casas de abrigo que integram a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica

Resumo dos Flash diários

FLASH Nº 23

Programa ADAPTAR - Avisos de concurso 'ADAPTAR' para Microempresas e PME

Acabam de ser lançados os [AVISOS de concurso](#) do Programa ADAPTAR - Sistema de Incentivos à Adaptação da Atividade das Microempresas e das PME, no contexto COVID-19, através dos quais se materializa a possibilidade de acesso ao apoio.

Medidas Gerais de Prevenção e Controlo da COVID-19

A Direção-Geral da Saúde (DGS) lançou o primeiro volume de um manual com "[Medidas Gerais de Prevenção e Controlo da COVID-19](#)", onde apresenta as características gerais da doença e do vírus, bem como os gestos e procedimentos que devem ser adotados diariamente pela população.

CMVM - recomendações do ESRB e da ESMA na contenção de riscos nos mercados

A CMVM saúda e afirma o seu alinhamento de atuação com as [recomendações](#) do Comité Europeu do Risco Sistémico (ESRB, na sigla inglesa) à ESMA e às autoridades nacionais competentes quanto a medidas de reforço da articulação europeia no combate e prevenção dos impactos da pandemia de coronavírus na estabilidade financeira.



FLASH Nº 22

Prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas no contexto do surto pandémico da COVID-19

O Conselho de Prevenção da Corrupção emitiu a [Recomendação n.º 2/2020](#), de 14/05, destinada à prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas no âmbito das medidas de resposta ao surto pandémico da COVID-19, instando todos os decisores e operadores no domínio da gestão pública a manter os cuidados próprios de uma cultura promotora dos mais elevados índices de transparência, de ética e de integridade, mediante a adoção de medidas de prevenção e mitigação de riscos no âmbito das suas condutas, incluindo o reforço dos instrumentos de controlo interno.

PT2020 - COVID19 | Aviso de concurso n.42/2020 para cessações temporárias de Pesca

O Programa Operacional **Mar 2020**, publicou o AVISO de Abertura à apresentação de candidaturas para apoio à cessação temporária para embarcações licenciadas para arrasto, certo e polivalente.

Este [concurso](#) tem como objetivo compensar a perda de rendimentos dos armadores e pescadores no contexto do surto de COVID-19, através do apoio à cessação temporária das atividades de pesca.

Município do Porto – regime de autorização de esplanadas

A Câmara Municipal do Porto [informa](#) as condições exigidas para a ocupação do espaço público com esplanadas, disponibilizando o [formulário](#) que, para o efeito, deverá ser preenchido e entregue no Município.

ISS - Sessão Informativa LAYOFF | 15 maio 2020, 15h00

O Instituto da Segurança Social organiza um [Webinar](#) sobre Layoff, no qual poderá participar e colocar questões.

Orientações da Comissão Europeia para restabelecer viagens e relançar o turismo

Comissão Europeia adota um [pacote de medidas](#) para o turismo e os transportes que inclui uma [estratégia global](#) para a recuperação em 2020 e nos anos seguintes.

Orientações sobre recolha de temperatura corporal

A CNPD divulgou a sua [Resposta](#) ao [Requerimento 19/XIV \(1.ª\)](#) da Assembleia da República acerca da a posição assumida pela CNPD nas [Orientações sobre recolha de temperatura corporal](#) no contexto da atual pandemia.

FLASH Nº 21

ASF - Contratos de Seguro

Em complemento do [Decreto-Lei n.º 20-F/2020](#), de 11/05, a ASF publicou uma [Informação](#) com vista a esclarecer o funcionamento do regime naquele estabelecido.

IMT - Novo modelo de contrato de transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem

A [Deliberação n.º 555-A/2020](#), de 12/05, aprova o novo modelo de contrato de transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem que deve ser descrito numa guia de transporte conforme modelo agora aprovado, ou outro equivalente, em suporte papel ou digital, desde que contenha os elementos essenciais a que se refere o n.º 4, revogando o Despacho DGTT n.º 21994/99 de 19/10.



ACT - impacto da pandemia nas mulheres e homens no trabalho – respostas dos Países

A ACT publicita [aqui](#) mais um documento temático no quadro do impacto da COVID-19 no mundo do trabalho, produzido pelo OIT, dedicado a analisar de que modo a pandemia da COVID-19 afeta mulheres e homens no trabalho e destaca os desafios específicos que as mulheres enfrentam

Município do Porto - cronograma de reabertura dos serviços sob a sua responsabilidade

Conheça [aqui](#) o plano de reabertura dos serviços da competência da Câmara Municipal do Porto.

AT - IVA - Prorrogação do Prazo para entrega da Declaração Periódica e Pagamento do Respetivo Imposto

A A.T. publicou o [Ofício-circulado n.º 30221/2020](#), de 12/05, que prorroga o prazo para entrega da Declaração Periódica e Pagamento do Respetivo Imposto e esclarece o apuramento do Imposto com Base no Sistema e-fatura. Prorrogação do Prazo para entrega da Declaração de Informação Contabilística e Fiscal, anexos e mapas recapitulativos.

DGS – Protocolo sanitário nas creches, creches familiares e amas

A DGS acaba de disponibilizar [Orientação nº 025/2020](#) com o protocolo sanitário com as medidas de prevenção para o regresso à atividade das creches, creches familiares e amas.

FLASH Nº 20

ANACOM lança guia prático para responder às dúvidas dos consumidores- COVID-19

ANACOM lança [guia prático](#) para responder às principais dúvidas dos consumidores de comunicações, no atual quadro excecional decorrente da pandemia de COVID-19.

Segurança Social - Apoio Excecional à Família – Correção do Requerimento

Caso se pretenda efetuar [alteração ao requerimento de abril](#) existe a possibilidade de corrigir as datas de início e fim do apoio.

DGS - Protocolos Sanitários para regresso – por setores de atividade

Clique [aqui](#) para aceder às Orientações e Circulares Informativas da DGS – Direção Geral de Saúde com os **protocolos sanitários** já publicados para regresso ao trabalho nos mais diversos setores de atividade.

FLASH Nº 19

Aquisição de espaço para publicidade institucional nos órgãos de comunicação social

A ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social emitiu uma [nota informativa](#), a propósito da publicação do Dec-Lei n.º 20-A/2020, de 6/05, informando que é a entidade competente para fiscalizar a aplicação da percentagem a alocar aos órgãos de comunicação social locais e regionais, sendo responsabilidade de cada entidade promotora a seleção dos órgãos de comunicação social a afetar em cada campanha (n.º 6 do artº 2.º - B do Dec-Lei n.º 20-A/2020, e n.º 1 artº 10.º da Lei n.º 95/2015).



Segurança Social – Apoio Excepcional à Família – Nova data

A Segurança Social informa que 13 de Maio é o prazo limite para requerer o Apoio Excepcional à Família referente ao mês de Abril pelos [Trabalhadores por Conta de Outrem](#) e pelos [Trabalhadores Independentes e de Serviço Doméstico](#)

Protocolos sanitários

Estabelecimentos de Restauração e Bebidas - Conheça a [Orientação nº 023/2020 de 08/05/2020](#) da DGS com os procedimentos a adoptar pelos estabelecimentos de restauração e bebidas.

Celebração do Culto público católico - Consulte aqui as [Orientações](#) da Conferência Episcopal Portuguesa para a celebração do Culto público católico no contexto da pandemia COVID-19

Migrantes e Refugiados

A DGS emanou, na passada sexta feira, a [Informação nº 010/2020 de 08/05/2020](#) sobre a proteção da saúde dos migrantes e o seu acesso aos cuidados de saúde.

Impactos do COVID-19 no relato financeiro das empresas e entidades em SNC

A Comissão de Normalização Contabilística (CNC) emitiu uma [recomendação](#) sobre o tratamento dos impactos do COVID-19 no relato financeiro das empresas e entidades em SNC dos exercícios que encerram em após 31 de dezembro de 2019.